

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E
DESENVOLVIMENTO – BIRD (BANCO MUNDIAL)**

**AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 007/2021
PROCESSO SELETIVO ABERTO PARA CONSULTORES INDIVIDUAIS**

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ - PROJETO SÃO JOSÉ III – 2ª FASE – BIRD -
SDA/CE

PROCESSO VIPROC Nº 60123/2021 – ACORDO DE EMPRÉSTIMO: Nº 8986-BR

OBJETO: PROCESSO SELETIVO ABERTO PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA INDIVIDUAL, COM EXPERIÊNCIA NA TECNOLOGIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – EAD, PARA ELABORAR TERMO DE REFERÊNCIA, MEMÓRIA DE CÁLCULO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA TUTORIAL DE AQUISIÇÕES DE ACORDO COM O REGULAMENTO DE AQUISIÇÕES PARA MUTUÁRIOS DE OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DO BANCO MUNDIAL, NO ÂMBITO DAS AQUISIÇÕES DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PDRS/Projeto São José III – 2ª Fase)

FORTALEZA – CEARÁ
MARÇO/2021

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 007/2021

PROJETO: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PDRS

ORIGEM: ACORDO DE EMPRÉSTIMO: Nº 8986-0-BR

O Instituto Agropolos do Ceará, instituição responsável pela implementação, gestão do Projeto e responsável pela execução do presente certame através Comissão de Licitação, convida para apresentar MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – MI, referente ao Processo Seletivo Aberto para Consultores Individuais:

OBJETO:

Contratação de Consultoria Individual, com experiência na Tecnologia de Educação à Distância – EAD, para elaborar termo de referência, memória de cálculo e critérios de avaliação para tutorial de aquisições de acordo com o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco Mundial, no Âmbito das Aquisições do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS/Projeto São José III – 2ª Fase).

A Manifestação de Interesse deverá ser enviada para a Comissão Licitação na sede do Instituto Agropolos do Ceará, dentre uma das seguintes opções:

- a) pessoalmente até o dia 08 / 03 / 2021, no horário de 8h às 12h e das 13h às 16h; ou
- b) através do correio, com data de envio/postagem até a data limite de 08 / 03 / 2021; ou
- c) correio eletrônico, para o e-mail: contratacao@institutoagropolos.org.br , até às 16h da data limite de 08 / 03 / 2021.

Maiores informações: o consultor poderá solicitar, por escrito, esclarecimentos pertinentes a Manifestação de Interesse até 02(dois) dias antes da data de recebimento da documentação, na Comissão Especial de Avaliação através do e-mail: contratacao@institutoagropolos.org.br.

Fortaleza, 01 de março de 2021


DANIELLE MARIA DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão


ANA TERESA BARBOSA DE CARVALHO
Presidente do Instituto Agropolos do Ceará

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PDRS
ACORDO DE EMPRÉSTIMO Nº 8986-0-BR
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - SMI Nº 007/2021
SERVIÇOS DE CONSULTORIA INDIVIDUAL

O INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ informa que o Governo da República Federativa do Brasil (Mutuário) negociou um empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), para financiar Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – São José III – 2ª Fase – Acordo de Empréstimo: Nº 8986-0-BR, tendo como beneficiário o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA/CE. O Mutuário pretende utilizar parte desse empréstimo para pagamentos por serviços de consultoria, em conformidade com Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento, datado de julho de 2016, revisado em novembro de 2017 e agosto de 2018 do Banco Mundial.

Os serviços a serem executados estão descritos no Termo de Referência.

Ademais, destacamos que a atuação deverá compreender também a execução da Ação/Meta previstas no Contrato de Gestão 2020 – SDA/PDRS.

Profissionais elegíveis que estejam interessados na prestação dos serviços são convidados à Manifestar Interesse em participar do certame e encaminhar os seguintes documentos:

a) *Currículo Vitae* contendo detalhadamente todas as experiências profissionais relacionadas às atividades a serem desenvolvidas, conforme discriminado no Termo de Referência;

b) Cópia dos diplomas das graduações e cursos segundo a titularidade declarada no currículo.

O consultor individual deverá ter o seguinte **perfil mínimo**:

a) Graduação em uma das áreas: Gestão, pedagogia ou áreas afins.

b) Experiência em atividades correlatas às indicadas no Termo de Referência.

É desejável ainda que o consultor individual tenha:

- Coordenação de cursos, seminários e ou congressos.
- Gestão da informação.
- Tecnologia de educação à distância (EAD).
- Gerenciamento de projetos.
- Docência em cursos presenciais e a distância.

O consultor individual será selecionado de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento, datado de julho de 2016, revisado em novembro de 2017 e agosto de 2018 do Banco Mundial, disponível no endereço eletrônico: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/brief/Brazil-procurement-documents-procedures>

O Termo de Referência é parte integrante desta Manifestação de Interesse.

Maiores informações: o consultor poderá solicitar, por escrito, esclarecimentos pertinentes a Manifestação de Interesse até 02(dois) dias antes da data de recebimento da documentação, na Comissão Especial de Avaliação através do e-mail: contratacao@institutoagropolos.org.br

A Manifestação de Interesse será publicada no site do IAC – www.institutoagropolos.org.br para ampla e irrestrita divulgação, a partir do dia 01/03/2021, cujas inscrições estarão disponíveis no período de 02/03/2021 até 08/03/2021.

A Manifestação de Interesse deverá ser enviada para a Comissão Licitação na sede do Instituto Agropolos do Ceará, dentre uma das seguintes opções:

- a) pessoalmente até o dia 08 / 03 / 2021, no horário de 8h às 12h e das 13h às 16h; ou
- b) através do correio, com data de envio/postagem até a data limite de 08 / 03 / 2021; ou
- c) correio eletrônico, para o e-mail: contratacao@institutoagropolos.org.br , até às 16h da data limite de 08 / 03 / 2021.

A análise será realizada através da Comissão de Licitação, instituída pela Portaria nº 015/2021 e observará as fases descritas a seguir, destinadas à verificação da conformidade das informações e da documentação apresentada, em observância ao exigido neste Edital.

PRIMEIRA FASE: ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

Os documentos apresentados pelos consultores serão analisados pela Comissão de Licitação, para efeito de averiguação da compatibilidade entre a documentação apresentada e as competências profissionais e pessoais, verificando-se assim o atendimento às exigências deste Edital e terá caráter eliminatório.

Os candidatos que atingirem 50% da pontuação exigida serão convocados para a entrevista.

Não serão aceitos documentos com rasuras ou emendas, que, a critério do INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ, comprometam sua autenticidade.

SEGUNDA FASE: ENTREVISTA

A entrevista será realizada pela Comissão de Avaliação na sede do INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ, situado na Rua Barão de Aracati, 2555 – Joaquim Távora. Os candidatos deverão comparecer impreterivelmente conforme data e horário a ser publicado no site <https://www.institutoagropolos.org.br>.

Os candidatos que não comparecerem serão imediatamente desclassificados, não cabendo qualquer justificativa e/ou recurso.

A entrevista terá caráter eliminatório e classificatório.

Considerar-se-á classificado o profissional que atender a todas as exigências deste Edital.

TERCEIRA FASE: REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO

A Comissão de Licitação realizará reunião de negociação com o consultor recomendado no Relatório de Avaliação para discussão do TdR, qual será a abordagem metodológica, insumos e condições especiais do contrato.

A Comissão de Licitação encaminhará aos consultores que não foram selecionados a Notificação de Intenção Adjudicação dirigido ao consultor vencedor com o qual chegou a um acordo em relação ao contrato.

Não será admitida a participação de servidores públicos de qualquer esfera de Governo, exceto os aposentados ou afastados do serviço público (em gozo de licença sem vencimento) há mais de 06 (seis) meses, e nem de consultor detentores de cargos públicos comissionados.

QUARTA FASE: DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

O resultado da seleção será divulgado no endereço eletrônico www.institutoagropolos.org.br

Fortaleza, 01 de março de 2021.


DANIELLE MARIA DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão


ANA TERESA BARBOSA DE CARVALHO
Presidente do Instituto Agropolos do Ceará

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO ABERTO PARA CONSULTORIA INDIVIDUAL
TERMO DE REFERÊNCIA – ÁREA: GERAQ

Contratação de consultoria individual, com experiência na tecnologia de educação à distância - EAD, para elaborar termo de referência, memória de cálculo e critérios de avaliação para Tutorial de aquisições de acordo com o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco Mundial, no âmbito das aquisições do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS/Projeto São José III – 2ª Fase).

SUMÁRIO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO ABERTO PARA CONSULTORIA INDIVIDUAL	6
I. INTRODUÇÃO E ANTECEDENTES DO PROJETO	7
II. OBJETIVOS E ESCOPO DOS SERVIÇOS	8
2.1. Objetivo	8
2.1.1. Objetivos Especificos.....	Erro! Indicador não definido.
III. PRODUTOS/DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	8
V. FORMA DE APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS	9
VI. DURAÇÃO DA CONSULTORIA	10
VII. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	10
VIII. INSUMOS A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATANTE.....	11
IX. QUALIFICAÇÃO DO CONSULTOR A SER CONTRATADO	11
X. PROPRIEDADE INTELECTUAL	11
XII. COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO.....	12

I. Introdução e Antecedentes do Projeto

Com a missão de promover o desenvolvimento e competitividade rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com amplo diálogo e participação, inclusão e justiça social, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará - SDA, desde a sua criação (2007) tem executado políticas públicas na perspectiva da construção e implementação de um plano de desenvolvimento que considera a abordagem territorial como estratégia para o alcance do desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Com base nesta estratégia, o Governo do Estado do Ceará, por meio da SDA, em dezembro/2019, reafirmou seu compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população do meio rural ao assinar com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, o acordo de empréstimo LOAN 8986-BR, visando a 2ª Fase do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS, conhecido pelos cearenses como Projeto São José, a ser executado em um prazo de 6 (seis) anos.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS – PSJ III - 2ª Fase é uma política pública do Governo do Estado do Ceará, executada por meio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, que tem como objetivo aprimorar o acesso aos mercados, ampliar a resiliência climática e o acesso aos serviços de água e saneamento nas áreas rurais.

Para esta nova fase serão realizados pelo Governo do Estado, ao longo dos seis anos, investimentos da ordem de US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares), a partir de recursos financiados junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD / Banco Mundial), e com contrapartida do Governo do Estado do Ceará e beneficiários (as).

Neste sentido, o PDRS/ PSJ III - 2ª Fase contribuirá para o desenvolvimento e competitividade rural sustentável através das seguintes estratégias:

- (a) Acesso a mercados;
- (b) Respostas às adversidades climáticas;
- (c) Inovação tecnológica;
- (d) Fortalecimento das Organizações da Agricultura Familiar;
- (e) Questões de gênero e juventude;
- (f) Abordagem territorial;
- (g) acesso a água e saneamento, dentre outras.

As principais intervenções do Projeto foram distribuídas e organizadas em três Componentes:

- (1) Inclusão Econômica Sustentável;
- (2) Acesso à Abastecimento de Água e Saneamento Rural e;
- (3) Fortalecimento Institucional e Gerenciamento do Projeto

Está previsto um conjunto diversificado de ações que visam promover o

desenvolvimento e competitividade rural sustentável do Estado.

Para auxiliar a SDA/UGP na implementação das metas pactuadas no âmbito do acordo de empréstimo, o Projeto São José III – 2ª Fase e a Coordenação da UGP contam com o apoio gerencial e operacional do Instituto Agropolos do Ceará – IAC.

Como se trata de uma área estratégica, torna-se necessária a contratação de um consultor Individual com experiência na tecnologia de educação à distância - EAD, para elaborar termo de referência, memória de cálculo e critérios de avaliação para Tutorial de aquisições de acordo com o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco Mundial, de forma a atingir seus objetivos, garantindo a implementação das atividades inerentes aos seus diversos componentes e subcomponentes.

II. Objetivo e estratégia de ação dos Serviços

2.1. Objetivo

Consultoria Individual com experiência na tecnologia de educação à distância – EAD, para elaborar termo de referência, memória de cálculo e critérios de avaliação para Tutorial de aquisições de acordo com o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco Mundial, no âmbito das aquisições do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS/Projeto São José III – 2ª Fase).

2.2. Estratégia de Ação

Atividade 1 – Reuniões para coleta de informações/dados, fluxos e ainda diálogos com os técnicos para conhecimento e apropriação das informações necessárias;

Atividade 2 – Elaboração do termo de referência, memória de cálculo e critérios de avaliação para Tutorial de aquisições;

Atividade 3 – Reunião para possíveis ajustes e consolidação dos documentos elaborados;

Atividade 4 – Entrega dos documentos elaborados.

III. Produtos: Descrição e Cronograma das Atividades

Para o desempenho dos objetivos definidos, o serviço de Consultoria deverá realizar as seguintes atividades:

DESCRIPTIVO	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3
<p>Atividade 1 – Plano de Trabalho das reuniões para coleta de informações/dados, fluxos e ainda diálogos com os técnicos para conhecimento e apropriação das informações necessárias.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir Temas a serem abordados no Tutorial; - Definir o percurso formativo do tutorial; 			
<p>Atividade 2 – Elaboração do termo de referência, memória de cálculo e critérios de avaliação para Tutorial de aquisições, definindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Metodologias ativas de aprendizagem acessíveis ao conteúdo a ser desenvolvido; - Identificar formatos ideais para os Cursos/treinamentos; - Organizar os conteúdos em Módulos e/ou Aulas; - Sugerir formato ideal para a interação Instrutor/plataforma/conteúdos/alunos/aprendizado. 			
<p>Atividade 3 – Reunião para possíveis ajustes e consolidação dos documentos elaborados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Correções, aperfeiçoamentos e adequações necessárias para fechamento e aprovação do TdR. 			
<p>Atividade 4 – Entrega dos documentos elaborados</p>			

IV. Forma de Apresentação e Aprovação dos Produtos

- a) Os produtos deverão ser escritos em português e entregues na ordem descrita no item IV de acordo com o andamento das atividades. A contratante terá prazo de dez (10) dias para se posicionar quanto à aceitação da versão preliminar do produto.

- b) Uma vez recebidos os produtos, estes serão submetidos à análise da equipe técnica da UGP para aprovação, sendo este o prazo de 07(sete) dias úteis. Em caso de não aprovação, o Consultor deverá proceder os ajustes necessários em até 05 (cinco) dias úteis. Produtos devolvidos para ajustes, uma vez revisados pelo Consultor, estarão sujeitos a nova análise por parte da equipe técnica da UGP e novo prazo de 05 dias úteis.
- c) O cronograma de atividades e entrega de produtos poderá ser ajustado mediante entendimentos entre o consultor e a Contratante, desde que as alterações não acarretem prorrogação do prazo de execução do contrato.
- d) Todos os produtos exigidos nesse termo de referência deverão ser elaborados de forma descritiva completa, porém objetiva, coesa e coerente, adotando linguagem de fácil compreensão. Poderão ser amplamente ilustrados com fotos, tabelas, gráficos, entre outros recursos.
- e) Todos os produtos deverão ser apresentados em 4 (quatro) vias, sendo 2 versões impressas, no formato A-4, editadas conforme os procedimentos requeridos na elaboração de trabalhos técnicos; e 2 versões em formato digital, gravadas em CD, DVD ou pen drive USB, com os produtos elaborados, sendo uma em formato pdf e uma editável com a utilização de softwares compatíveis com a natureza dos produtos e em versão atualizada, editável.

V. Duração da Consultoria

O contrato de consultoria terá duração de 03 (meses) meses, a contar da data de assinatura do contrato e poderá ser aditado por acordo entre as partes.

Uma vez recebido o produto, este será submetido a análise da equipe técnica da UGP para aprovação ou correções, sendo o prazo de análise de 10 dias úteis. Produtos devolvidos com críticas, uma vez revisados, estarão sujeitos a nova análise e novo prazo de 07 dias úteis. O pagamento será realizado após aprovação do produto, em sua versão final, obedecendo ao cronograma disposto no Anexo I.

VI. Local de Execução dos Serviços

As atividades poderão ser realizadas presencialmente na sede da Unidade de Gerenciamento do Projeto/UGP, em Fortaleza, quando solicitadas pela Contratante ou por meio virtual, desde que atenda às necessidades do Projeto.

As Atividades na sede da UGP em Fortaleza e as visitas a serem realizadas em campo deverão ser programadas previamente junto à equipe AGESO/UGP.

VII. Insumos a Serem Fornecidos pela Contratante

A fim de possibilitar a execução dos serviços, serão disponibilizados ao Consultor os processos, documentos, dados e informações necessárias, a saber:

- Manual Operativo do Projeto – MOP, contendo o Marco de Gestão Socioambiental - MGSA;
- Espaço físico e equipamentos disponíveis na UGP (quando se fizer necessário, mediante programação prévia);
- Outros documentos relativos ao Projeto São José III – 2ª fase.

VIII. Qualificação do Consultor a Ser Contratado

Para prestação dos serviços descritos no presente Termo de Referência, o consultor a ser contratado deverá apresentar o seguinte perfil mínimo:

- Formação superior em Gestão, pedagogia ou áreas afins.
- Experiência profissional comprovada experiência de pelo menos **2 (dois)** anos com tecnologia de educação à distância – EAD.

É desejável ainda que o consultor individual tenha, experiência profissional em:

- Coordenação de cursos, seminários e ou congressos
- Gestão da informação
- Tecnologia de educação à distância (EAD).
- Gerenciamento de projetos
- Docência em cursos presenciais e a distância

IX. Propriedade Intelectual

O serviço e todo material de criação executado pela consultoria, decorrente das solicitações objeto deste termo, constituirá propriedade da SDA, e serão incorporados ao acervo do PDRS – Projeto São José III – 2ª Fase, que poderá utilizá-lo conforme julgar conveniente, mesmo após o término do prazo de vigência do contrato.

X. Despesas Reembolsáveis

Despesas de viagem e diárias, despesas administrativas, aluguel de veículos ou equipamentos e outras despesas vinculadas a realização dos serviços e elaboração dos

produtos correrão por conta da CONTRATADA, não sendo elegíveis para reembolso no contrato decorrente deste TDR.

XI. Combate à Fraude e Corrupção

As partes interessadas se obrigam a cumprir e a fazer cumprir as normas contra fraude e corrupção estabelecidas no Acordo de Empréstimo firmado entre o Governo do Estado e o BIRD, conforme Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento, datado de julho de 2016, revisado em novembro de 2017 e agosto de 2018, na qual estão asseguradas medidas adequadas para proteção do interesse público.

É a política do Banco exigir de todos os Mutuários (inclusive dos beneficiários de financiamento do Banco), licitantes (candidatos/proponentes), consultores, prestadores e fornecedores, terceirizados, consultores terceirizados, prestadores de serviços ou fornecedores, agentes (declarados ou não) e qualquer um de seus funcionários, que se pautem pelo mais alto padrão ético e se abstenham de envolvimento em práticas de fraude e corrupção nos processos de aquisição, seleção e execução de contratos por ele financiados.

Para tanto:

- a. Para os fins desta disposição, o Banco dá aos termos abaixo as seguintes definições:
 - i. "prática corrupta" significa oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, coisa de valor com a intenção de influenciar de forma indevida o modo de agir de terceiros;
 - ii. "prática fraudulenta" refere-se a qualquer ação ou omissão, inclusive declarações inverídicas, que, de forma intencional ou irresponsável, induza ou busque induzir uma parte a erro com o objetivo de obter benefício financeiro ou de outra natureza ou de evitar uma obrigação;
 - iii. "prática colusiva" refere-se a uma combinação entre duas ou mais partes para alcançar um objetivo escuso, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
 - iv. "prática coercitiva" significa causar prejuízo ou dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou à sua propriedade, para influenciar as ações de uma parte;
 - v. "prática obstrutiva" significa:
 - (a) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de obstruir investigação do Banco referente a supostas práticas de corrupção, fraude, coerção ou conluio; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento; ou

(b) atos que tenham como objetivo impedir o Banco de exercer seu direito a inspeções ou auditorias.”

Fortaleza, 01 de março de 2021.

Danielle Ma de Oliveira
DANIELLE MARIA DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão

ANA TERESA BARBOSA DE CARVALHO
ANA TERESA BARBOSA DE CARVALHO
Presidente do Instituto Agropolos do Ceará

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM O INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ E _____.

Pelo presente instrumento particular de um lado **INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ**, sociedade civil qualificada como organização social, sediado na Rua Barão de Aracati, nº 2555, Joaquim Távora, Fortaleza (CE), CEP: 60.115-082, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.867.567/0001-10, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Diretora Presidente, Sra. **ANA TERESA BARBOSA DE CARVALHO**, brasileira, divorciada, administradora, residente na Rua Dr. Gilbert Studart, nº 1290 Apto 1302, Cocó, CEP: 60.192-105, Fortaleza (CE), portadora de RG nº 2003002157948 SSPDC/CE, inscrita no CPF sob nº 727.488.423-91, e de outro lado, _____, inscrita no CNPJ/CPF sob nº _____, com sede na _____, neste ato representada por seu representante legal _____, (cargo na empresa) _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato, em conformidade com as disposições contidas na proposta da **CONTRATADA** e com fulcro nos dispositivos do Código Civil brasileiro no que lhe for atinente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL. Fundamenta-se este contrato na Manifestação de Interesse Nº 007/2021, nas Normas de Aquisição de Materiais, Bens e Serviços do Instituto Agropolos do Ceará, no acordo de empréstimo: Nº 8986-BR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO. O presente instrumento tem por objeto a Contratação de Consultoria Individual, com experiência na Tecnologia de Educação à Distância – EAD, para elaborar termo de referência, memória de cálculo e critérios de avaliação para tutorial de aquisições de acordo com o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco Mundial, no Âmbito das Aquisições do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS/Projeto São José III – 2ª Fase).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE. Compete ao **CONTRATANTE**:

- I. Pagar a **CONTRATADA** o valor acertado pela prestação dos serviços, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- II. Acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços, podendo, em decorrência, solicitar providências à **CONTRATADA**, que atenderá ou justificará de imediato. O não atendimento sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas neste instrumento;

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA. Compete a **CONTRATADA**:

- I. Realizar os serviços especificados na Cláusula Segunda deste instrumento, em conformidade com os detalhamentos contidos em sua proposta;
- II. Entregar neste Instituto, a partir do recebimento da ordem de serviço, ART – Anotação de

Responsabilidade Técnica (quando for o caso), devidamente paga, bem como entregar os projetos objeto deste contrato, munidos de toda a documentação comprobatória, inclusive ART complementar, nos casos em que couber;

III. Arcar com todas as despesas que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços ora contratados, incluindo-se empregados, sub contratados e/ou prestadores de serviços, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, contratuais ou de qualquer outra ordem, ficando excluída qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária do CONTRATANTE para com as mesmas;

IV. Responder perante o CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão deste, e indenizá-lo por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, inclusive os decorrentes da inexecução parcial ou total do objeto CONTRATADA, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros que direta ou indiretamente estejam vinculados aos serviços prestados por força deste instrumento;

V. Eximir-se de usar ou divulgar quaisquer documentos ou informações adquiridas ou geradas em decorrência dos serviços objeto deste Contrato, a não ser para fins de execução do mesmo, sob pena de responder civil e criminalmente pela quebra do sigilo dos mesmos;

VI. Executar os serviços objeto deste Contrato com competência, eficiência e pontualidade e assumir total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no exercício de suas atividades, podendo o CONTRATANTE solicitar a substituição daqueles cujo desempenho mostre-se deficiente;

VII. Manter e comprovar, durante todo o período de execução do presente contrato, situação de regularidade perante órgãos da Fazenda Municipal, Estadual, Federal e FGTS mediante apresentação das respectivas certidões, por ocasião do recebimento dos valores estipulados neste instrumento;

VIII. Realizar os serviços especificados no edital, em conformidade com os detalhes contidos no termo de referência entregue à contratada;

§ 1º. O pessoal que a CONTRATADA a qualquer título utilizar na execução deste Contrato ser-lhe-á diretamente vinculado, não tendo com o Instituto Agropolos relação jurídica de qualquer natureza.

§ 2º. Caberá ao Contratado, se pertinente, providenciar o determinado pela Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza, nos termos do art. 144, da Lei Complementar nº 159/2013 c/c os artigos 210, 211 e 613 do Regulamento do CTM, aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015, referentes à implantação do Cadastro de Prestadores de Outros Municípios (CPOM), cujo objetivo é permitir aos prestadores de serviços estabelecidos em outros municípios, que prestem serviços a tomadores estabelecidos no município de Fortaleza, realizem cadastro junto à Administração Tributária de Fortaleza, para fins de comprovarem que de fato estão estabelecidos em outro município e, com isso, evitar a retenção de Impostos sobre Serviços (ISS) na fonte, pelos tomadores de serviços de Fortaleza.

§ 3º. A partir da competência de fevereiro de 2017, os tomadores de serviços que

tomarem ou intermediarem serviços de prestadores estabelecidos ou domiciliados em outro município ou no Distrito Federal, que não fizerem prova de sua inscrição, ficam obrigados, nos termos dos artigos 145 e 234 da Lei Complementar nº159/2013, c/c o art. 613 do Regulamento do CTM, a realizar a retenção do ISS na fonte e a recolhê-lo nos prazos estabelecidos na legislação tributária deste Município.

Parágrafo Único. O pessoal que a CONTRATADA, a qualquer título, utilizar na execução deste Contrato ser-lhe-á diretamente vinculado, não tendo com o Instituto Agropolos relação jurídica de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO. O presente Contrato importa no valor global de R\$ _____ (_____), para a entrega dos produtos contratados, conforme especificado na Cláusula Terceira deste instrumento.

Parágrafo Primeiro. Para fins de aplicação de multas, juros e outras sanções previstas nesse instrumento, ter-se-á como base o valor global do contrato.

Parágrafo Segundo. Os pagamentos serão realizados até 30 (trinta) dias da entrega dos produtos, mediante a apresentação da Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Produto (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Fazenda Federal, Estadual e Municipal e ainda a apresentação da nota fiscal/recibo devidamente atestados pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, preferencialmente no Banco BRADESCO S/A.

Parágrafo Terceiro. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à CONTRATADA carta de correção, quando couber, ou ainda a pertinente regularização, que deverá ser encaminhado ao Instituto Agropolos do Ceará, no prazo de 02 (dois) dias.

Parágrafo Quarto. Caso a CONTRATADA não apresente carta de correção no prazo estipulado para pagamento, será recontado, a partir da data da sua apresentação.

Parágrafo Quinto. A CONTRATADA quando da formalização de sua Proposta Comercial assumiu a responsabilidade de fazê-la com inclusão de todas as obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução do objeto contratado, não podendo ser atribuída nenhuma despesa adicional, que seja previamente justificada e aceita pelo Instituto Agropolos do Ceará.

Parágrafo Sexto. O Instituto Agropolos efetuará o pagamento mediante crédito na **Conta Corrente nº _____, da Agência nº _____, em nome da CONTRATADA, do Banco _____**, indicada pela mesma. O comprovante de depósito suprirá, automaticamente, o recibo de pagamento.

Parágrafo Sétimo. O Instituto Agropolos não efetuará pagamento de valores que tenham sido colocados em cobrança ou descontados em bancos, e não se responsabilizará pelo pagamento de parcelas contratuais negociadas pela CONTRATADA junto a rede bancária, descontos e cobranças de duplicatas.

Parágrafo Oitavo. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo Nono. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA. O presente CONTRATO vigorará até _____, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO. O prazo previsto para a execução dos serviços é até _____ após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. _____, especialmente designado para este fim pelo(a) **CONTRATANTE**.

Parágrafo Único. O representante da CONTRATADA será seu preposto tendo poderes para receber as instruções dadas ou formalizadas por escrito pelo Instituto Agropolos.

CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA. Fica pactuado que a **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem prévia anuência por escrito do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES. A **CONTRATADA**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, de desaprovação do serviço e, ainda, por qualquer das causas que ensejem a rescisão deste Contrato, devolverá ao **CONTRATANTE** todos os valores até então recebidos, deduzidos os valores efetivamente executados e recebidos, acrescido de multa de 5% (cinco por cento), sem prejuízo das sanções legais e responsabilidade civil e criminal cabíveis.

Parágrafo Único. A multa e/ou devoluções eventualmente devidas, previstas nesta Cláusula, poderão ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente no INSTITUTO AGROPOLOS em favor da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA NOVAÇÃO. A tolerância de uma das partes para com a outra, quanto ao descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas neste contrato, não implicará em novação ou renúncia do direito, consistindo em ato de mera liberalidade. A parte tolerante poderá a qualquer tempo exigir da outra parte o fiel e cabal cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA. As partes poderão denunciar o presente contrato, sem ônus, desde que notifique a outra parte com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO. O **CONTRATADO** deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado do Instituto Agropolos do Ceará no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática conluída”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

Parágrafo Segundo. Considerando os propósitos dos itens acima, a CONTRATADA deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666/93, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física CONTRATADA em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO. Ficará o presente Contrato rescindido de pleno direito, unilateralmente e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da aplicação de multa, indenização ou outra penalidade na ocorrência de:

I. Inexecução total ou parcial do contrato, inclusive a sua transferência total ou parcial sem prévio consentimento do CONTRATANTE;

II. Descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas pactuadas, responsabilidades e prazos estabelecidos;

III. Instauração de insolvência civil do (a) CONTRATADA, quando pessoa física, e instauração de recuperação judicial ou falência, quando pessoa jurídica;

IV. Atraso injustificado na execução do objeto deste contrato;

V. Falhas na execução, desvirtuando o objeto contratado;

VI. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato, caracterizando-se, neste caso, como causa excludente da aplicação de sanções contratuais ou legais;

VII. Desaprovação técnica do serviço pela equipe do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO. As partes elegem o foro da comarca de Fortaleza (CE), como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Fortaleza (CE), __ de _____ de 2021.


ANA TERESA BARBOSA DE CARVALHO
Presidente do Instituto Agropolos do Ceará
CONTRATANTE

Nome do **CONTRATADO(A)**

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: